

SER OU NÃO SER MEI? Motivações e percepções sobre mercado e condições de trabalho de Microempreendedores Individuais

GISELLE CAVALCANTE QUEIROZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

EMILIANO SOUSA PONTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

ANA PAULA MORENO PINHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) por meio de bolsa de estudo de Pós-doutorado.

Introdução

O contexto do trabalho tem passado por mudanças significativas, com forte desregulamentação das normas trabalhistas. Em meio a essas transformações, as pessoas estão vivenciando altas taxas de desemprego e de informalidade, a qual tem se expandido no Brasil. Para combater a informalidade entre aqueles que buscam empreender, em 2008, o Brasil alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa para formalizar os trabalhadores informais, criando o Microempreendedor Individual (MEI).

Problema de Pesquisa e Objetivo

O objetivo geral deste estudo é analisar como os trabalhadores cearenses vivenciam a formalização como microempreendedores individuais (MEIs). Como objetivos específicos espera-se: i) Compreender as motivações que levaram os trabalhadores cearenses a optarem pelo registro como MEI; ii) Analisar as percepções dos microempreendedores individuais sobre o mercado de trabalho; iii) Investigar as percepções dos MEIs acerca de sua própria atividade profissional e das condições de trabalho.

Fundamentação Teórica

A Lei Complementar n. 128/2008 possibilitou aos autônomos, ou mesmo aos ambulantes, passar a contribuir de forma mais acessível e a receber os benefícios por participar do mercado formal (Lopes, 2012).

Como exemplo dos recentes arranjos profissionais presentes nas relações de trabalho tem-se no Brasil o fenômeno da pejotização (Machado, 2020), que representa um desvio do objetivo original do regime MEI e ainda contribui para a vulnerabilidade do trabalhador MEI-pejotizado, que muitas vezes aceita essa subordinação por necessidade (Moura & Nocetti, 2024).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, que seguiu a estratégia da Grounded Theory. A pesquisa foi realizada com 10 microempreendedores individuais de duas cidades cearenses dos mais diversos seguimentos: ilustradora, arquitetas, engenheira, analista de dados e outros. Seguiu-se um roteiro de entrevista semiestruturada, com questões sobre motivações e percepções deles a respeito do mercado e das condições de trabalho. A análise dos dados das entrevistas se deu em duas etapas hierárquicas: codificação inicial e codificação focalizada, seguindo a análise indutiva, com o uso do Atlas TI.

Análise dos Resultados

Dentre as motivações para se registrar como MEI, estão as vantagens desse modelo, a subversão do uso do MEI para outras finalidades, a rejeição ao regime celetista e a busca por qualidade de vida. As percepções sobre o mercado de trabalho são negativas, pois percebem o mercado como um local marcado por empregos ruins e pela informalidade, mas têm uma perspectiva positiva e veem o mercado crescendo. Os MEIs veem-se como freelancer e empresários de si e têm desejo por liberdade e flexibilidade, mas muitos estão subordinados à uma jornada e experiência equivalentes ao regime celetista.

Conclusão

O estudo restringe-se a uma amostra delimitada em duas cidades cearenses, o que pode influenciar a generalização dos achados. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo geográfico e setorial, incluindo microempreendedores de diferentes ramos de atividade. Além disso, sugere-se uma análise comparativa entre profissionais que de fato gerem seus próprios negócios e aqueles que mantêm relações laborais análogas ao regime celetista.

Contribuição / Impacto

Este estudo oferece contribuições teóricas e práticas ao fomentar reflexões críticas entre microempreendedores individuais sobre suas motivações, condições de trabalho e percepções do mercado. A pesquisa pode auxiliar os profissionais na avaliação de suas trajetórias, incentivando uma atuação mais consciente e estratégica na busca por melhores condições laborais. Além disso, pode subsidiar discussões sobre políticas públicas relacionadas ao MEI, destacando a necessidade de mecanismos mais eficazes de fiscalização para coibir usos indevidos do regime — como a pejotização.

Referências Bibliográficas

- Machado, G. P. (2020). Microempreendedor individual e desproteção social: tensões entre a racionalidade neoliberal e as estratégias para “viver de cultura” a partir de produtores/as culturais freelancers na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Ponto e Vírgula*, 27, 99-113.
- Moura, M. R., & Nocetti, R. C. P. (2024). Análise crítica da utilização da modalidade microempreendedor individual (mei) para camuflagem do vínculo empregatício. *Revista FT - Ciências Humanas*, 28(139).